



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

DECISÃO

Processo nº 2021021178

Decisão N.: PL/RS-196/2021

Sessão: Plenária Ordinária n.º 1.821

Data: 9 de dezembro de 2021

Interessado: Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário - CAPR

Referência: Processo n.º 2021021178

Ementa: Conhece o recurso do autuado para, no mérito, **negar-lhe** provimento.

O **Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS**, apreciando o processo em epígrafe que trata de recurso interposto ao Plenário pelo interessado, autuado mediante Auto de Infração por não fornecer as informações com elementos completos e necessários à efetiva fiscalização do exercício profissional, com o nome do responsável técnico e a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) registrada pela especificação técnica, orçamento, projeto e fiscalização, referente ao processo administrativo licitatório edital modalidade pregão eletrônico nº 03/2020 no município de Dois Irmãos-RS, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada para desinsetização e desratização nas bocas de lobo das vias públicas de Dois Irmãos, conforme descrito e especificado no anexo I – termo de referência, essenciais a verificação e execução da Lei Federal nº 5.194/66., não forneceu as informações com elementos completos e necessários à efetiva fiscalização do exercício profissional, com o nome do responsável técnico e a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) registrada pela especificação técnica, orçamento, projeto e fiscalização, referente ao processo administrativo licitatório edital modalidade pregão eletrônico nº 03/2020 no município de Dois Irmãos-RS, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada para desinsetização e desratização nas bocas de lobo das vias públicas de dois irmãos, conforme descrito e especificado no anexo i – termo de referência, essenciais a verificação e execução da lei federal nº 5.194/66., gundo os termos descritos pelo serviço de fiscalização do Conselho e, **considerando** que o supracitado processo foi objeto de análise pela **Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário (CAPR)**, organismo instituído pela Decisão n. PL/RS-196/2012, de 9 de novembro de 2012, em sua terceira reunião do ano de 2021, transcorrida em 23 de setembro de 2021 por videoconferência, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, **DECIDIU**, por unanimidade, aprovar o relatório e voto fundamentado proferido pelo Conselheiro **Dulphe Pinheiro Machado Neto**, nos seguintes termos: "Considerando o parágrafo 2º do art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, que dispõe: "As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem qualquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei"; Considerando que a autuada não forneceu os elementos necessários à efetiva fiscalização do exercício profissional de que cuida a Lei nº 5.194, de 1966, caracterizando-se como obstrução à fiscalização deste Conselho, em flagrante infringência ao dispositivo

legal antes citado; Considerando que a autuação atende ao disposto no art. 11 da Resolução do Confea nº 1008, de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de Infração e aplicação de penalidades; Considerando que as informações solicitadas ao Município de Dois Irmãos pelo serviço de Fiscalização do Crea-RS foram as seguintes: Nome do responsável técnico, e as respectivas ARTs, pela especificação técnica, orçamento, projeto e fiscalização referente a desinsetização e desratização nas bocas de lobo das vias públicas de Dois Irmãos, serviços que foram objeto do Edital nº 03/2020; Considerando que tais informações foram solicitadas via Termo de Requisição de Documentos e Providências, entregue em 14/05/2020 (documentos SEI 0479577 e 0479578); Considerando que as informações solicitadas não foram fornecidas, justificando a lavratura do Auto de Infração em 18/03/2021; Considerando que a defesa do Município autuado perante a Câmara Especializada de Engenharia Química (documento SEI 0479581) alega que a documentação solicitada não é pertinente ao exercício de atividade que compete ao CREA; Considerando que as atividades de "desinsetização e desratização" são atividades fiscalizadas pelo Crea, no âmbito da Engenharia Química; Considerando que no recurso apresentado ao Plenário do Crea-RS o Município autuado não prestou as informações solicitadas, portanto o ilícito não foi regularizado. **Voto:** Da análise do presente processo, identifica-se, de forma inequívoca, o descumprimento do disposto no parágrafo 2º do art. 59 da Lei antes citada. Sendo o Auto de Infração procedente, mantenha-se a multa, cujo valor está previsto no art. 73, alínea "c", da citada Lei, devendo o processo ter seu prosseguimento até o pagamento da dívida, atualizada. O Autuado deverá providenciar a regularização do ilícito junto a este Conselho. Presidiu a votação a Presidente do Crea-RS, Engenheira Ambiental Nanci Cristiane Josina Walter. Votaram favoravelmente os conselheiros Alberto Stochero, Carlos Roberto Santos da Silveira, Cezar Augusto Pinto Motta, Denize Cristina Leite Frandoloso, Eduardo Noll, Elisabete Gabrielli, Fernando Luiz Carvalho da Silva, Guilherme Reisdorfer, Hilário Thevenet Filho, Jerson José Spohr, João Luis de Oliveira Collares Machado, José Patrício Melo de Freitas, José Ubirajara Martins Flores, Leandro Leal de Leal, Leonardo Gonçalves Cera, Luis Sidnei Barbosa Machado, Marco Antonio Fontoura Hansen, Marco Aurélio dos Santos Caminha Junior, Nelson Kalil Moussalle, Paulo Rigatto, Rogério Peracchia Machado, Valmor Christmann, Vitor Jorge Dabull Righi, Talvane Engroff, Adalberto Gularte Schäfer; Adelar José Strieder; Adriana Menezes Furtado; Airton José Monteiro, Alessandro Gomes Preissler, Alexandre Zillmer, Angélica de Oliveira Henriques, Antonio Alcindo Medeiros Piekala, Ariane Rebelato Silva dos Santos, Carlos Alberto Alves, Carlos Alberto Pereira, Carlos Giovanni Fontana, Charles Leonardo Israel, Christiane Brisolara de Freitas, Cláudia Diehl, Cynthia Vieira Bonatto, Derli João Siqueira da Silva, Diego Mizette Oliz, Diogo Adriano Barboza, Dorli Pereira da Silva, Dulphe Pinheiro Machado Neto, Edgar Bortolini, Edison Bisognin Cantarelli, Eduardo de Brito Souto, Emílio Luis Silva dos Santos, Fernando Martins Limongi, Flávio Thier, Gabriela Florindo Marques, Gabriele Melo Ribas, Hilário Pires, Isabela Leal da Silva Cardoso, Joaquim José Schuck, Jorge Luiz Köche, José Luiz Tragnago, Lauro Mário, Leandro Nunes de Souza, Lélvio Gomes Brod, Lia Maria Herzer Quintana, Luciano Hoffmann Paludo, Luciano Roberto Grandó, Luiz Antônio Ratkiewicz, Luiz Carlos Karnikowski de Oliveira, Luiz Henrique Rebouças dos Anjos, Maércio de Almeida Flores Cruz, Marcelino Hoppe, Marcelo Franzkowiak Stahlschmidt, Marcelo Zunino, Márcio Wrague Moura, Marco Antonio Saraiva Collares Machado, Marino Jose Greco, Matheus Stapassoli Piato, Nilza Luiza Venturini Zampieri, Norberto Inácio Scherrer, Orlando Pedro Michelli, Paulo Sérgio Gomes da Rocha, Régis Sivori Silva dos Santos, Rodrigo Cervieri, Ronaldo Hoffmann, Roque Rutili, Roselaine Cristina Mignoni, Talles Soares Rosa, Ubiratan Oro, Wilson Antonio Klein, Vinícius Leônidas Curcio, Aldo Juliano Zamberlan Maraschin, Carlos Alberto Alves, Fernanda Pacheco, Janaína Fátima Cerutti Munaretti.

Cientifique-se e cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DA SILVEIRA SOARES, Chefe de Núcleo**, em 29/04/2022, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 02/05/2022, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **0956633** e o código CRC **5596B85A**.



Referência: Processo nº 2021021178

SEI nº 0956633

Local: Porto Alegre